

Ata da reunião do Grupo de Trabalho de Espécies Bentónicas Zonas VIII&IX Quarta-feira, 3 de maio de 2023 - Bilbao e videoconferência

O presidente do grupo de trabalho, Serge Larzabal, deu início à reunião agradecendo a presença de todos os participantes, em especial dos representantes das administrações nacionais e da Comissão Europeia. A ordem de trabalhos e a ata da reunião anterior foram aprovadas por unanimidade. A pedido de Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) foi acrescentado um ponto, em “outros assuntos”, sobre as turbinas eólicas offshore.

1. Informações do Grupo de Estados-Membros (GEM)

Pauline Joyeux (DGAMPA – Presidência do Grupo de Estados-Membros do Sul) apresentou as notícias do GEM:

- A recomendação conjunta sobre os planos de devolução para a revisão do conjunto de exceções, elaborada pelo CSTEP, foi a principal preocupação do grupo neste início de ano. A recomendação, enviada na véspera à DG MARE, consiste no pedido de alteração do conjunto de exceções em vigor e respetivas justificações. O parecer do CSTEP está previsto para fins de junho, inícios de julho.
- Os contributos do GEM para o plano de gestão das águas ocidentais serão publicados até 5 de maio de 2023.
- Sobre o plano de ação o GEM já teve uma primeira reunião com a Comissão Europeia, no entanto aguarda o parecer do Conselho sobre este assunto (disponível em junho).
- Relativamente ao goraz, nas discussões com o Reino Unido, o GEM vai propor que sejam mantidas as medidas técnicas adotadas em 2022, por forma a que o TAC acessório definido se mantenha.
- O GEM Sul está a considerar a possibilidade de coassinar uma carta proposta pelo GEM Mar do Norte, onde solicita à Comissão que reforce o seu papel em relação ao Reino Unido, coordenando as respostas dos Estados-Membros a fim de mostrar uma maior unidade.
- Em breve, a França irá propor aos outros Estados-Membros um projeto de recomendação comum sobre as capturas acidentais de cetáceos, para debate.

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) questionou as razões para a diminuição das capturas de goraz e pergunta se estão a ser realizados estudos científicos. Pauline Joyeux (DGAMPA) não soube responder. Ursula Krampe (DGMARE) especificou que as decisões da Comissão Europeia são e serão, sempre, baseadas nos pareceres do CIEM.

Julien Lamothe (ANOP) questionou sobre o estado de implementação do regulamento das medidas técnicas, em que alguns atos de execução parecem ter sido rapidamente aplicados enquanto outros foram omissos e chamou a atenção para a falta de compreensão por parte dos profissionais. Questiona ainda em que ponto se encontram os trabalhos sobre a definição de pesca dirigida? Pauline Joyeux (DGAMPA) informou os membros que a Comissão Europeia deve fornecer, até ao verão de 2023, um regulamento que reúna o conjunto das disposições

técnicas que estão espalhadas por diversos regulamentos e será proposta uma reunião informativa. Estão em curso trabalhos sobre a pesca dirigida nos Estados-Membros do Mar do Norte e o GEM Sul irá estudar a possibilidade de transposição.

Julien Lamothe (ANOP) demonstrou o seu agrado em relação à carta sobre as relações entre o Reino Unido e a União Europeia: a proliferação de legislação britânica e respetiva ausência de notificações causam dificuldades no mar.

Finalmente, David Milly (OP Pêcheurs d'Aquitaine) perguntou se, para além da proposta de renovação das isenções, estavam a ser pensadas formas de alterar a obrigação de desembarque para se encontrarem soluções inovadoras. Ursula Krampe (DG MARE) afirmou que se tratava de uma questão da competência dos Estados-Membros. Pauline Joyeux indicou que uma reconfiguração da obrigação de desembarque não tinha sido discutida, por enquanto, pelo grupo de Estados-Membros, que se concentrou na renovação das isenções, por serem necessárias.

2. Capturas acidentais de cetáceos

Laureline Gautier (DPMA) – presidente do grupo de Estados-Membros do Sul lembrou as últimas informações sobre as capturas acidentais de cetáceos:

A nível francês e para responder à notificação formal e, posteriormente, ao parecer fundamentado da Comissão Europeia em 2020 e 2022 a França pôs em prática um plano de ação reforçado para 2022-2025. Este plano inclui a obrigação de informação, o desenvolvimento de *Pingers* com testes em larga escala (nomeadamente para os navios de pesca com rede) assim como projetos para aprofundar conhecimentos. No entanto, no início de 2023, o Conselho de Estado francês, na sequência de uma queixa apresentada por três ONG's ambientais, considerou que estas medidas eram insuficientes e recomendou que a França adotasse medidas adicionais antes de dezembro de 2023. Nesta matéria, a França deseja trabalhar a nível do grupo de Estados-Membros, com o objetivo de chegarem a acordo sobre uma recomendação comum para melhorar a aceitação das medidas. Neste contexto e numa primeira fase, o plano de ação francês está a ser analisado, estando a ser consultadas as partes interessadas.

Ursula Krampe (DG MARE) agradeceu os esforços realizados em França e a perspectiva de adoção de uma recomendação comum. Informou os membros que a Comissão pediu ao CIEM uma atualização ao parecer de 2023 com o objetivo de o tornar mais coerente com o anterior e, assim, permitir fazer-se a comparação. Ursula Krampe sublinhou a importância de se ter em conta os navios espanhóis que trabalham em águas francesas, é necessário evitar diferenças de tratamento entre os Estados-Membros.

O debate prosseguiu versando sobre as seguintes matérias:

- Abundância da população de golfinhos no Golfo:



Julien Lamothe (ANOP) gostaria de ter os resultados das campanhas de sobrevoo para ter informação sobre a biomassa de golfinhos-comuns no Golfo. Estes resultados também foram pedidos por Luis Francisco Marin (OPPAO) e Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA). Para Manu Kelberine (CRPMEM Bretagne) a resposta está à vista: o aumento das capturas implica o aumento do número de cetáceos. Ursula Krampe (DGMARE) referiu que, atualmente, a dimensão exata da população de golfinhos-comuns não é conhecida, sendo muito imprecisa. Laureline Gautier (DGAMPA) informou os membros que os resultados das campanhas de sobrevoo estarão disponíveis em junho de 2023. As primeiras conclusões indicam que a população de golfinhos-comuns é estável, mas os grupos de indivíduos são mais pequenos, mais numerosos e estão mais próximos da costa.

- Os pareceres e os dados do CIEM

Julien Lamothe (ANOP) pediu à Comissão para interrogar o CIEM de forma mais neutra e não com base em propostas de determinados grupos sobre esta matéria.

Ursula Krampe (DGMARE) indicou que a Comissão se confronta com a relutância dos cientistas em estudar outras medidas técnicas enquanto os resultados dos *pingers* não forem estabelecidos, é necessário demonstrar a sua eficácia. Os membros sublinharam, então, a importância de manter a pesca para a coleta de dados. Respondendo a José Manuel Beltran (OPPBURELA), Ursula Krampe esclareceu que os dados utilizados no último parecer, pelo CIEM, dizem respeito aos anos de 2019-2021.

Aurelio Bilbao (OPESCAYA) pediu, ainda, que os pareceres do CIEM fossem mais específicos na distinção entre as diferentes artes de pesca (diferentes categorias de redes).

- Limite(s) de mortalidade

Laureline Gautier (DGAMPA) em resposta aos membros especificou que o limite, definido pela França, para o bom estado ecológico da população de golfinhos-comuns é ultrapassado todos os anos, facto que motivou a decisão do Conselho de Estado.

Ursula Krampe indicou que no parecer do CIEM é apresentada uma taxa de mortalidade de golfinhos baseada numa população de 600 000, mas afirma que nenhum golfinho deve ser capturado. Gualberto Rita (Federação dos Açores) informa que um programa de observação na ilha dos Açores dispõe de dados desde há 25 anos.

- A recomendação conjunta

Para Jose Manuel Beltran (OPPBURELA) a recomendação comum deve, imperativamente, ter em consideração todos os trabalhos realizados e o conjunto de dados disponíveis e só a partir destes dados deve propor medidas adequadas.

Finalmente, os membros deram conta da necessidade de uma resposta comum a todos os níveis e do envolvimento de todos os agentes. Decidiram, também, manter o parecer, que será novamente enviado para pequenas modificações antes de ir ao Comité Executivo.

3. Ecossistemas marinhos vulneráveis (EMV)



Caroline Alibert Deprez (DGMARE) fez uma breve apresentação do parecer do CIEM de 18 de abril de 2023. Este parecer apresenta 5 cenários, de entre os quais o cenário c que foi, no ano passado, adotado pela Comissão.

Se este cenário for mantido, o número de zonas de defeso aumentaria de 87 para 115, já a superfície diminuiria de 16 000km² para 14 000km². A explicação para este facto deve-se à divisão de certas zonas em outras de menor tamanho.

Julien Lamothe (ANOP) e Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) reforçaram os seguintes pontos:

- A necessidade da realização de estudos de impacto socioeconómico nas zonas encerradas e nas zonas passíveis de encerramento, tomando em consideração os efeitos de borda e não apenas a abundância de atividade na zona.
- A falta de coerência e de análise de gestão entre o parecer e a legislação, o parecer parece ser aplicado tal como está.
- A desigualdade entre as zonas norte e sul, tendo os polígonos, geometricamente, tamanhos diferentes.
- As novas zonas situam-se, maioritariamente, entre os 400 e os 800m de profundidade, nunca ultrapassando os 800m (onde a pesca já é proibida), pelo que o aumento das zonas tem um maior impacto.
- Em que estado se encontram as conversações com o Reino Unido? Está o seu esforço de pesca a ser tido em conta nas previsões do CIEM?

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) considera que existem duas opções: a realização de trabalhos de análise mais pormenorizados, como é mencionado pelo CIEM no seu parecer, ou o estudo, a nível europeu, de uma regra mais genérica sobre a escolha do cenário, a inclusão de zonas tampão e o seu impacto nas pescas com redes e palangres.

Javier Lopez (OCEANA) colocou 3 perguntas:

1. Porque é que algumas espécies não foram consideradas?
2. Houve alguma atualização dos dados referentes às artes de pesca fixas e à sua interação com o fundo?
3. O cenário escolhido pode mudar de um ano para outro? Tal implicaria ser mais ou menos ambicioso consoante o ano.

Jose Manuel Beltran (OPP BURELA) perguntou se a Comissão está a considerar pedir um parecer ao CIEM sobre o impacto das artes de pesca fixas, visto que o atual parecer apenas considera os arrastões, extrapolando para as restantes artes de pesca.

Caroline Alibert Deprez (DGMARE) apresentou as seguintes respostas e esclarecimentos:

- É, efetivamente, possível mudar o cenário. Seria mais coerente manter o mesmo, mas nesta fase é importante alguma flexibilidade. Ao longo dos anos e de acordo com os

pareceres do CIEM o processo será racionalizado e será, seguramente, efetuado tendo por base um período de 3 anos.

- Não lhe parece possível considerar o impacto socioeconómico dos efeitos de borda, de facto só existem dados económicos para zonas com maior dimensão que os polígonos, não se consegue fazer uma análise tão minuciosa. Por outro lado, seria efetivamente benéfico dispor desses dados mais precisos, a uma escala local, mas coerentes à escala europeia.
- As zonas tampão são, segundo os cientistas, necessárias e a diferença entre Norte e Sul é uma questão geográfica que faz todo o sentido.
- O CIEM não dispõe de dados suficientes para analisar o impacto das artes de pesca fixas.
- Estão a ser realizados trabalhos, em conjunto com a EFCA, para garantir a possibilidade de controlo.
- Embora o CIEM recomende que se siga a FAO, a lista de espécies é definida pelo regulamento.
- O Reino Unido está noutra fase de trabalho, estando as suas zonas ainda por determinar, provavelmente recorrerá ao método com base em *c-squares* (método reconhecido internacionalmente).
- De acordo com o artº 9 do Regulamento de Pesca em águas de profundidade, uma zona pode ser excluída da lista se for demonstrada a inexistência de ecossistemas marinhos vulneráveis (EMV) ou se forem adotadas medidas de proteção adequadas. É sobre este último ponto que, segundo Caroline Alibert Deprez, se deve trabalhar. O CC SUL poderia identificar quais as zonas que devem ser trabalhadas e refletir sobre soluções concretas e factuais, este trabalho deve ser feito a nível regional e não a nível local.

Finalmente, para Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne), vários elementos deveriam ser incluídos no parecer do CC SUL: a necessidade de um trabalho mais específico à escala

européia e, por conseguinte, alterar o apelo aos dados e melhorar a questão das zonas tampão. O presidente do grupo confirmou a vontade do grupo de trabalho de publicar um parecer do CC SUL sobre este assunto, será feito o apelo à participação de todos.

4. Relatório económico do CSTEP

Raul Prellezo (CSTEP/AZTI) apresentou o relatório de 2022 sobre a avaliação económica da frota europeia. Relembrou que os dados económicos são analisados com um atraso de dois anos. Os dados apresentados hoje reportam a 2020, ano da crise do COVID, para o ano de 2022 é feita uma extrapolação e por isso apresenta a crise dos combustíveis.

Os gráficos estão disponíveis no site do CC SUL.

Em resposta a Miren Garmendia (OPEGUI), Raul Prellezo esclareceu que a menção a “pesca em pequena escala” inclui navios com menos de 12 metros, excetuando os arrastões. Contrariamente ao Powerpoint utilizado, o relatório apresenta uma análise bem mais segmentada.

Jérôme Jourdain (UAPF) salientou a importância destes relatórios, nomeadamente para justificar as decisões ligadas à descarbonização e sublinhou que ter dados é crucial.

David Milly (OP Pêcheurs d’Aquitaine), perguntou se a situação ocorrida em 2022 já se tinha verificado no passado?

Raul Prellezo afirmou, então, que era a primeira vez que se tinha verificado um resultado tão negativo, no entanto salvaguardou que, nesta fase, se trata apenas de uma projeção e que deve ser confirmada.

5. Outros assuntos—Turbinas eólicas *offshore* em Portugal

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) informou os membros sobre a decisão precipitada de Portugal de instalar de forma massiva parques eólicos que, na sua versão atual, obrigariam à cessação de atividade de 18 navios e a uma diminuição de 50% para muitos outros.

Tal é, segundo ele, absurdo tendo em conta a vontade declarada de defender a pequena pesca. Devem ser tomadas iniciativas no Parlamento Europeu para fazer face a este desafio. Além disso, um projeto piloto demonstra uma baixa, ou mesmo o desaparecimento, das populações de peixes nos parques: são necessários mais estudos científicos.

Ana Matias (SCIAENA) lembrou que a sua organização também já tinha identificado este problema tendo até publicado um comunicado sobre esta matéria e estão dispostos a trabalhar neste assunto.

Francisco Portela Rosa agradeceu a proposta, mas sublinhou que o trabalho das ONG está centrado nas zonas naturais protegidas.

Como já tinha sido publicado um parecer do CC SUL sobre o assunto em 2022, o presidente do grupo propôs que os membros interessados o analisassem e apresentassem propostas ao secretariado, se necessário.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

CONCLUSÃO

- **O Grupo de Trabalho foi informado das últimas informações do Grupo dos Estados-Membros.**
- **Após uma breve consulta aos membros, será apresentado ao Comité Executivo um parecer sobre as capturas acidentais de cetáceos.**
- **Será elaborado um parecer sobre os EMV.**
- **Foi apresentado o relatório do CSTEP sobre a economia da frota.**

